



Plano de Formação Interna 2017/2018  
CCDRLVT  
novembro 2016

# Enquadramento

---

O Plano de Formação Interna 2017/2018 atendeu, para a sua elaboração, ao Decreto-Lei n.º 50/98, de 11 de Março, à Portaria n.º 146/11, de 7 de Abril, e ao Decreto-Lei n.º 174/2001, respetivamente, que fixa as regras e princípios da formação profissional na Administração Pública, que regulamenta os cursos obrigatórios e de atualização para o exercício de cargos dirigentes e que fixa em cem horas anuais o crédito concedido para autoformação aos técnicos superiores e setenta horas às restantes carreiras.

Tem como suporte a carta de Missão do Organismo, os Objetivos Estratégicos do QUAR2017, os Objetivos Operacionais do Plano de Atividades 2017 e as competências técnicas e transversais de cada Direção de Serviços

No contexto de fortes restrições financeiras da CCDR LVT a concretização das ações propostas no presente Plano encontra-se condicionada às disponibilidades orçamentais.

## Processo Formativo 2017/2018

---

### **1. Levantamento de Necessidades de Formação (LNF)**

Com o objetivo de elaborar o Diagnóstico de Necessidades de Formação, foram definidos os seguintes procedimentos genéricos:

1. Identificação dos dirigentes superiores e dirigentes intermédios que ainda não frequentaram, respetivamente o Curso Avançado de Gestão Pública (CAGEP) e o Programa de Formação em Gestão Pública (FORGEP), no cumprimento do fixado nos art.º 2º e 4º da Portaria n.º 146/11, de 7 de Abril.
2. Auscultação a todos os Dirigentes/Secretários Técnicos da respetiva Unidade Orgânica, através de um questionário para o Levantamento de Necessidades de Formação (LNF) e que resulta da articulação entre os objetivos da Unidade Orgânica e as necessidades de formação dos respetivos trabalhadores.

Tais questionários foram estruturados de acordo com as seguintes áreas:

- ❖ Ambiente e Ordenamento do Território;
- ❖ Gestão e Administração;
- ❖ Legislação/Direito;
- ❖ Línguas;
- ❖ Informática;
- ❖ Gestão de Fundos Comunitários;

- ❖ Comportamental;
- ❖ Outras áreas (campo aberto).

## 2. Diagnóstico de Necessidades de Formação

Foi realizado o tratamento dos resultados dos questionários com a finalidade de identificar as áreas mais carenciadas em termos de formação e as ações mais solicitadas não subordinadas a essas mesmas temáticas.

A leitura da tabela apresentada, permite aferir quais as ações de formação, com maior número de formandos propostos.

Áreas de Formação	Ações de Formação	Nº estimado de formandos
<b>Ambiente e Ordenamento do Território</b>	Planos de Ordenamento Territorial	25
<b>Gestão e Administração</b>	POCP-SNC	12
<b>Legislação/Direito</b>	Código do procedimento Administrativo	22
	Contencioso Administrativo	9
<b>Línguas</b>	Inglês para relações internacionais	16
<b>Informática</b>	Organização e gestão de dados em Excel	25
<b>Gestão de Fundos Comunitários</b>	Análise de projetos (projetos geradores de receitas)	7
	Aplicação de custos simplificados aos projetos cofinanciados	7
	Contabilidade de instrumentos financeiros	7
	Cálculo Financeiro	7
<b>Comportamental</b>	Organização e condução de reuniões	26

Foram identificados os dirigentes da CCDD LVT que ainda não frequentaram os cursos de formação em gestão pública (FORGEP) e os cursos avançados em gestão pública (3 Dirigentes Superiores e 15 Dirigentes Intermédios).

SERVIÇO	DIRIGENTES	OBSERVAÇÕES	Frequentaram CAGEP	Frequentaram FORGEP
PRESIDÊNCIA	Engº João pereira Teixeira	comissão de serviço	Não	
VICE-PRESIDÊNCIA	Dr. Fernando Ferreira	comissão de serviço	Sim	
VICE-PRESIDÊNCIA	Engº. José Pedro Neto	comissão de serviço	Sim	
DSAJAL	Dra Adriana Raimundo	em regime de substituição		Não
DSAJAL/DAJ	Dra Margarida Cucharra	em regime de substituição		Não
DSAJAL/DAL	Dra. Carla Amador	em regime de substituição		Não
DSDR	Dra. Ana Ramos	em regime de substituição		Não
DSDR/DICC	Engº Luis Machado	em regime de substituição		Não
DSDR/DPPA	Arqto Nuno Bento	em regime de substituição		Não
DSOT	Dr Carlos Pina	em regime de substituição		Sim
DSOT/DGT	Dra Paula Pinto	em regime de substituição		Sim
DSOT/DOT	Dra Marta Alvarenga	em regime de substituição		Sim
D S A	Dra Isabel Marques	em regime de substituição		Sim
D S A	Engª Maria Miguel	em regime de substituição		Não
D S A	Eng. Crístiano Amaro	em regime de substituição		Não
DSCGAF	Dra. Rosa Fradinho	em regime de substituição		Sim
DSCGAF/DARH	Dra. Ana Azinheiro	em regime de substituição		Não
DSCGAF/DGFP	Dra Céu Ribeiro	em regime de substituição		Não
DSCGAF/DDRI	Dr.Nuno Novas	em regime de substituição		Sim
PORLisboa2020	Dra Isabel Quaresma	comissão de serviço	Não	Não
PORLisboa2020	Dra Joaquina Sim Sim	comissão de serviço	Sim	Não
PORLisboa2020	Dra. Dulce Barros	comissão de serviço	Sim	
PORLisboa2020	Dr. Fernando Nogueira	comissão de serviço	Não	Sim

08.nov.2016

# Plano de Formação Interna

---

## 1. Planeamento e conceção

Atendendo aos resultados do LNF que resulta das necessidades específicas de cada Direção de Serviços e aos constrangimentos financeiros existentes para a execução do plano de formação para o biénio 2017/2018, decidiu-se:

- I. Não dinamização de ações integradas nas áreas Comportamental e de Línguas.
- II. Seleção de formadores externos para a dinamização das ações das áreas do Ambiente e Ordenamento do Território, Gestão e Administração, Legislação e Direito, Informática e Gestão de Fundos Comunitários.
- III. Fixação de períodos mínimos de formação de 3H, com intervalo de 15m, a definir nos períodos da manhã (10H/13H) e tarde (14H/17H).
- IV. Calendarização das ações entre 1 janeiro de 2017 e 15 de Dezembro de 2018.
- V. Promoção da participação dos trabalhadores em ações individuais, preferencialmente gratuitas
- VI. Inscrição dos Dirigentes nos cursos de gestão pública, sujeito a disponibilidade orçamental.

## 2. Programação

	Designação da Ação de Formação	Área de Formação	Nº de Ações	Previsão do Nº Horas por ação	Previsão do Nº de formandos por ação	Formador	Data (s) de realização
Ações de formação resultado do diagnóstico de necessidades de formação	Planos de Ordenamento Territorial	Ambiente e Ordenamento do Território	1	a confirmar	25	a confirmar	por definir
	POCP-SNC	Gestão e Administração	1	a confirmar	12	a confirmar	por definir
	Código do Procedimento Administrativo	Legislação/Direito	1	a confirmar	22	a confirmar	por definir
	Contencioso Administrativo		1	a confirmar	9	a confirmar	por definir
	Organização e gestão de dados em Excel	Informática	1	a confirmar	25	a confirmar	por definir
	Análise de projetos (projetos geradores de receitas)	Gestão de Fundos Comunitários	1	a confirmar	7	a confirmar	por definir
	Aplicação de custos simplificados aos projetos cofinanciados		1	a confirmar	7	a confirmar	por definir
	Contabilidade de instrumentos financeiros		1	a confirmar	7	a confirmar	por definir
	Cálculo Financeiro		1	a confirmar	7	a confirmar	por definir
	TOTAL			9		121	

## 3. Organização

### 3.1 Inscrições

Ações de formação resultado do Levantamento de Necessidades de Formação (LNF): Confirmação/identificação dos formandos apresentados nos inquéritos das Unidades Orgânicas, pelos respetivos Dirigentes/Secretários Técnicos.

### 3.2 Avaliação das ações

Conforme definido no art.º 15.º do Decreto-Lei n.º 50/98, de 11 de Março, no final de cada ação de formação serão aplicados questionários de avaliação da formação para avaliar a reação dos formandos, a consecução dos objetivos das ações e o nível técnico-pedagógico das mesmas.

### 3.3 Certificação

**Certificados de Formação Profissional – formandos:** No final de cada ação de formação serão emitidos Certificados de Formação Profissional para os formandos, seguindo o modelo aprovado pela Portaria n.º 474/2010, de 8 de Julho. Esta Portaria estabelece o modelo de Certificado de Formação Profissional que no âmbito do Sistema Nacional de Qualificações se destina a certificar a conclusão com aproveitamento de uma ação de formação certificada não inserida no Catálogo Nacional de Qualificações. Dispõe, também, no seu n.º 3 do artigo 3.º, que se se tratar de ação que não pressuponha a sua conclusão com aproveitamento não é obrigatória a utilização do modelo previsto no diploma. O presente Plano de Formação Interna 2017/2018 da CCDR-LVT integra ações neste âmbito, mas entende-se seguir o modelo previsto na Portaria, com as devidas adaptações.

**Declaração de Monitoragem – formadores:** No final de cada ação de formação será emitida uma Declaração de Monitoragem aos formadores, independentemente de serem detentores do CAP, com designação da ação de formação e nº de horas de formação ministradas.

### 3.4 Logística

**Localização:** O Auditório da CCDR-LVT, sito no piso 1º da Rua Alexandre Herculano, n.º 37, reúne as condições necessárias para a realização das ações de formação propostas no Plano de Formação Interna 2017/2018.

**Assiduidade:** As presenças dos formandos serão alvo de registo de assiduidade e as listas de participantes serão enviadas para a Secção de Pessoal (assiduidade), pelo que será dispensada a justificação de ausências, durante o período da formação.